



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências



JOÃO GOMES NETTO

**AULAS DOMICILIARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA UMA ALUNA
COM OSTEOPOROSE E COMORBIDADES**

BAURU
2023

JOÃO GOMES NETTO

**AULAS DOMICILIARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA UMA ALUNA
COM OSTEOPOROSE E COMORBIDADES**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliana Cavalcante de
Andrade Louzada

Coorientador: Prof. Dr. Milton Vieira do Prado
Junior

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Faculdade de Ciências da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” - Câmpus de Bauru, para
obtenção do grau de Licenciado em
Educação Física

BAURU
2023

G633a	Gomes Neto, João Aulas domiciliares de Educação Física para uma aluna com osteoporose e comorbidades / João Gomes Neto. -- Bauru, 2023 42 f. : il. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Educação Física) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru Orientadora: Juliana Cavalcante de Andrade Louzada Coorientador: Milton Vieira do Prado Junior 1. Educação física escolar. 2. Atendimento pedagógico domiciliar. 3. Osteoporose. 4. Comorbidades. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JOÃO GOMES NETTO

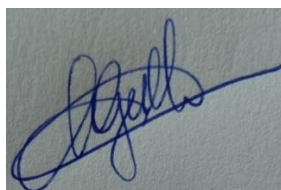
**AULAS DOMICILIARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA UMA ALUNA
COM OSTEOPOROSE E COMORBIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Educação Física da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Campus de Bauru, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Lílian Aparecida Ferreira



Prof.ª Dr.ª Maria da Graça Mello Magnoni

Bauru, 16 de Janeiro, de 2023.

RESUMO

O presente estudo propõe uma reflexão sobre a importância da realização do Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD) para alunos impossibilitados de frequentar aulas regulares por algum motivo de saúde, especificamente com o olhar e debate com a disciplina de Educação Física. Trata-se de um estudo do tipo exploratório que permite ao investigador definir o seu problema de investigação e formular a sua hipótese com maior precisão. Teve como objetivo principal investigar o conhecimento da comunidade escolar (estudantes e equipe escolar) sobre o atendimento pedagógico domiciliar. Para tanto foi realizada uma revisão da literatura técnica pertinente na qual foram selecionados 27 (vinte e sete) estudos, agrupados em 2 eixos temáticos a saber: atendimento pedagógico domiciliar e educação física. Foram conduzidas entrevistas com alguns participantes (aluna com APD e professor de Educação física da aluna com APD) e foi aplicado um questionário online, via plataforma google, para a comunidade acadêmica (98 alunos, 3 professores, 2 familiares da aluna atendida em APD). Os resultados demonstraram que a maior parcela da comunidade escolar não conhece o APD, porém reconhece seus devidos valores. Além disso, a revisão permitiu observar que o APD é um campo recente nos estudos em educação escolar, apesar da existência de inúmeras leis sobre o tema. Somada a essas informações, destaca-se que a Educação Física ofertada nas aulas regulares e no APD possibilita uma melhora significativa no comportamento crítico-social dos alunos, uma vez que trabalha de forma transversal e desenvolve os aspectos cognitivos e motores; além disso, a relação aluno e professor em regime domiciliar promove bem estar, melhora a saúde e a autoestima. Portanto, conclui-se que o APD, apesar de pouco conhecido pela comunidade escolar, permite ao aluno afastado da escola, conduzir seus estudos em ambiente domiciliar e ter garantido seu direito à educação. Ademais, a disciplina de educação física ofertada neste formato, tem função de ressignificar diálogos e a amizade vinculados à aprendizagem, além de desenvolver aspectos motores e cognitivos.

Palavras-chave: Educação física escolar. Atendimento pedagógico domiciliar.

ABSTRACT

The present study proposes a reflection on the importance of carrying out Pedagogical Home Care (PHC) for students unable to attend regular classes for some health reason, mainly with the look and debate with the discipline of Physical Education. This is an exploratory study that allows the researcher to define his research problem and formulate his hypothesis with greater precision. Its main objective was to investigate the knowledge of the school community (students and school staff) about Pedagogical Home Care. To this end, a review of the relevant technical literature was carried out, in which 27 (twenty-seven) studies were selected, grouped into 2 thematic axes, namely: Pedagogical Home Care and Physical Education. Interviews were conducted with some participants (student with PHC and Physical Education teacher of the student with PHC) and an online questionnaire was applied, via google platform, for the academic community (98 students, 3 teachers, 2 family members of the student assisted in PHC). The results showed that the school community as a whole does not know about DPA, but knows how to give its proper values and furthermore the review allowed us to observe that PHC is a recent field in school education studies, despite the existence of numerous laws on the subject. It is noteworthy that the Physical Education offered in regular classes and in the PHC allows a significant improvement in the critical-social behavior of students, since it works in a transversal way and develops cognitive and motor aspects; in addition, the student-teacher relationship at home promotes well-being, improves health and self-esteem. Therefore, the PHC serves the student who needs this type of education and provides conditions to give new values to his life due to the realization of classes, dialogues and friendship linked to the learning of Physical Education and other disciplines, in addition to developing cognitive aspects and engines.

Keywords: School Physical Education. Pedagogical Home Care (PHC).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS.....	11
2.1 Objetivo geral	11
2.2 Objetivos específicos.....	11
3 MATERIAIS E MÉTODOS	11
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
4.1 Sobre o APD	23
4.2 Sobre a educação física escolar	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS.....	31
APÊNDICE A - Entrevista com a aluna (EA).....	35
APÊNDICE B - Entrevista com o professor (EProf).....	37
APÊNDICE C – Formulário.....	38
ANEXO A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido	41

1 INTRODUÇÃO

O Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD) é uma forma de atendimento educacional recente em nosso país. Este atendimento está voltado para crianças e adolescentes enfermos que não podem se ausentar de suas residências por motivos que os impossibilitam de se deslocar com segurança até a sua escola (BARBOSA, 2009).

Essas pessoas apresentam patologias diversas: algumas possuem doenças crônicas, outras apresentam doenças degenerativas e existem também casos nos quais os indivíduos foram submetidos a cirurgias ou mesmo sofreram acidentes que os impossibilitaram de frequentar as escolas regulares por período temporário ou permanente.

Há alguns anos, os familiares destas crianças e adolescentes precisavam construir estratégias próprias ou contratar professores particulares para oferecer atendimento educacional formal a seus filhos. Como meio de atender essa demanda e restabelecer o direito à educação de estudantes que se encontram em situação de tratamento de saúde, não hospitalizados, mas afastados da frequência à escola comum, surgiu o Atendimento Pedagógico Domiciliar. Atualmente, alguns Estados do Brasil têm conseguido assegurar e garantir o direito à educação para essas crianças e adolescentes que são atendidos individualmente em suas casas através do Atendimento Pedagógico Domiciliar. Eles são atendidos por professores e/ou pedagogos que trabalham nas redes públicas de ensino. Esses profissionais ensinam aos alunos os conteúdos escolares correspondentes aos desenvolvidos e que eles aprenderiam em suas respectivas unidades escolares (RIBEIRO, 2012).

No Brasil, o serviço de atendimento escolar ao aluno com limitações impostas por motivos de doença, que lhe impossibilita frequentar as aulas, está amparado nas seguintes leis:

- Decreto Lei no 1.044/69 (BRASIL, 1969);
- Lei no 6.202/75 (BRASIL, 1975);
- Constituição Federal/88, art.205 (BRASIL, 1988);
- Lei no 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990);
- Resolução no 41/95 – Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1995);
- Lei no 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996);

- Resolução no 02/01 – CNE/CEB – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001);
- Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações (BRASIL, 2002);
- Resolução SE 25, de 1 de abril de 2016 (SÃO PAULO, 2016);
- Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018 (BRASIL, 2018).

Desse modo, o aluno recebe em seu domicílio todo o conteúdo ministrado na escola e isso inclui a disciplina de Educação Física que tem papel fundamental e faz parte do currículo do Estado de São Paulo como disciplina obrigatória (SÃO PAULO, 2018).

Sobre a importância da educação física nas escolas. O sujeito é apresentado por meio da experiência motora para a apropriação crítica e cultural do conteúdo, compilação de conhecimento para definição de novas práticas e para a formação de pessoas. Devem ser dadas oportunidades a todos os alunos para desenvolver o seu potencial de forma individual e coletivo, não discriminatória, com o objetivo de se desenvolver como pessoas (BRASIL, 1997).

O livro que trabalha a base nacional comum curricular (BNCC) destaca a seguinte tarefa e objetivos da Educação Física Escolar:

“A Educação Física na BNCC trata das práticas corporais tematizando e refletindo sobre elas em suas diversas formas e como meios de produção de sentido e significado para quem as pratica. Sua visão é de que o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e deve ser interpretado de acordo com o contexto social e histórico dos envolvidos. Assim, a Educação Física na BNCC propõe o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para ampliar a consciência dos movimentos corporais, dos recursos para o cuidado de si e dos outros, e, também, para desenvolver a autonomia e a participação mais confiante e autoral na sociedade. (BRASIL, 2018).”

Com isso, o objetivo deste trabalho foi investigar o conhecimento da comunidade escolar (estudantes e equipe escolar) sobre o atendimento pedagógico domiciliar, com foco na Educação Física Escolar. Cabe destacar que há poucos estudos envolvendo o APD o que reforça ser um tema muito recente no Brasil e que

necessita de novas investigações.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo geral

Investigar o conhecimento da comunidade escolar (estudantes e equipe escolar) sobre o atendimento pedagógico domiciliar, com foco na Educação Física Escolar.

2.2 Objetivos específicos

Identificar os prejuízos e benefícios à formação do aluno em situação de atendimento domiciliar nas aulas de Educação Física no âmbito escolar na percepção da:

- 1) escola;
- 2) família;
- 3) aluna em APD;
- 4) professor responsável pelo APD.

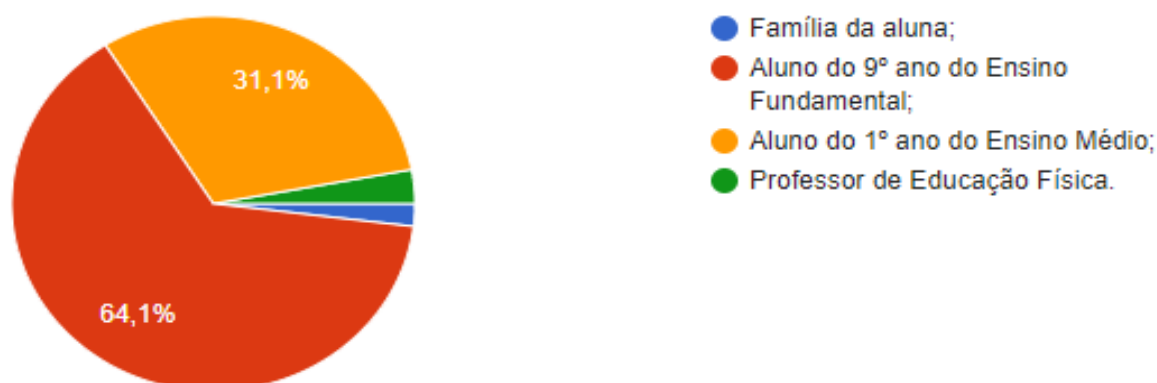
3 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa qualitativa desenvolvida com revisão de literatura e exploratória sobre Atendimento Pedagógico Domiciliar (Estudo exploratório. Um estudo preliminar cujo objetivo principal é familiarizar-se com um fenômeno que é investigar, para que o estudo principal a seguir possa ser concebido com maior compreensão e precisão. O estudo exploratório (que pode utilizar qualquer uma de várias técnicas, geralmente com uma pequena amostra) permite ao investigador definir o seu problema de investigação e formular a sua hipótese com maior precisão (THEODORSON;THEODORSON, 1970)). Foram analisadas produções acadêmicas como: artigos científicos, resumos publicados em anais de congressos e capítulo de livro. A pesquisa foi realizada em sites de busca a saber: Scielo, Google Acadêmico, PubMed nos meses de Abril a Julho de 2022. É preciso considerar que, como o Atendimento Pedagógico Domiciliar é recente no Brasil, são poucos os trabalhos que discutem essa temática.

A coleta de dados foi realizada em duas escolas públicas estaduais da cidade de Garça-SP, interior do Estado de São Paulo, (E. E. Lydia Yvone Gomes Marques e E. E. Alcyrr da Rosa Lima). A pesquisa contou com a participação de 103 pessoas conforme representa o gráfico 1. Dentre eles, 98 alunos, sendo 32 alunos do 1º ano do Ensino Médio (EM) e 55 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental (EF). Na

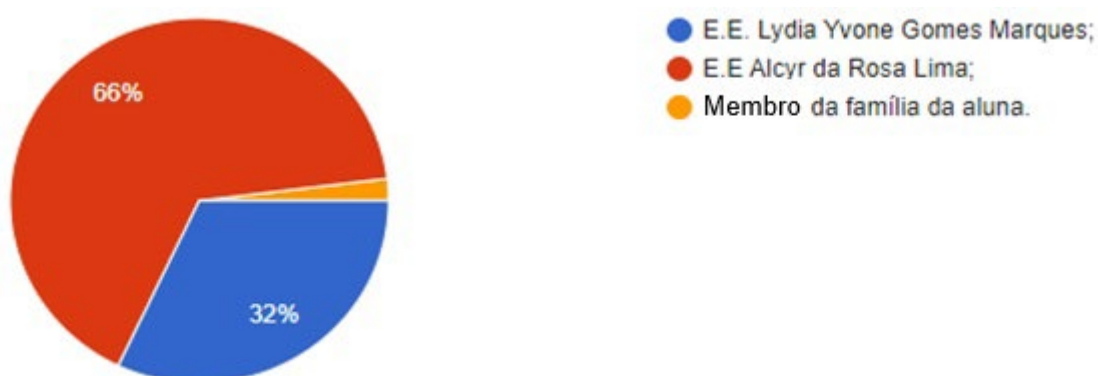
distribuição por escolas, 68 alunos eram da E. E. Lydia Yvone Gomes Marques, 33 alunos da E. E. Alcyr da Rosa Lima, conforme representa o gráfico 2.

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos participantes de acordo com seu perfil na pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos participantes de acordo com seu local de participação



Fonte: Elaborado pelo autor

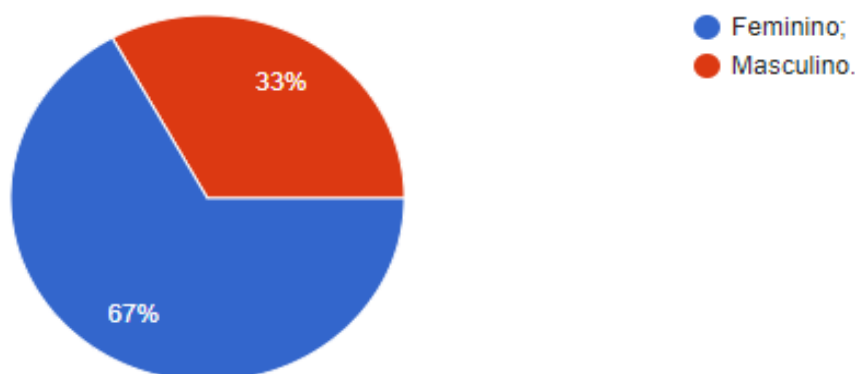
O gráfico 3 apresenta a distribuição por frequência dos participantes por faixa etária segundo IBGE (2010) e demonstra que a maioria dos participantes foram classificados na faixa etária Jovem (98,1%), com idade entre 13 e 47 anos. No gráfico 4 temos a distribuição por sexo, demonstrando que a maioria dos participantes era do sexo feminino (67%).

Gráfico 3 - Distribuição percentual dos participantes conforme faixa etária



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 4 - Distribuição percentual dos participantes conforme sexo



Fonte: Elaborado pelo autor

A aplicação das entrevistas ocorreu via plataforma Forms da empresa Google. Destaca-se que o Atendimento Pedagógico Domiciliar ocorre em ambas escolas, mas o atendimento do estudo de caso em questão ocorreu na E.E. Lydia Yvone Gomes Marques com a aluna requerente de seus direitos no ano de 2021. Além da coleta de dados sobre a temática, foram realizadas entrevistas através da plataforma Meet da empresa Google com a aluna (EA) e o professor (EProf) para recolher mais informações sobre as experiências vivenciadas,

As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente para que alguns trechos da fala dos participantes pudessem ser apresentados nos resultados. Todos os participantes leram e assinaram um termo de consentimento para a participação na pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente revisão de literatura foi composta por 27 (vinte e sete) estudos, que foram agrupados em 2 eixos temáticos: APD e Educação Física Escolar. Os estudos correspondentes a cada eixo temático estão relacionados com a aplicação do questionário e das entrevistas, e serão apresentados a seguir.

Tabela 1 - Atendimento pedagógico domiciliar

Autor/ano	Objetivos	Resultados
Brasil (2002)	Desenvolver estratégias e orientações que possibilitem o processo de desenvolvimento e construção do conhecimento. Pretende-se garantir a manutenção do vínculo com as escolas através de um currículo flexível e/ou adaptado, favorecendo o seu ingresso, regresso ou integração adequada no respectivo grupo escolar.	As classes hospitalares existentes ou a serem criadas devem obedecer ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Os sistemas de ensino devem prever medidas legais para que as aulas hospitalares e o atendimento pedagógico domiciliar atendam progressivamente às exigências da lei.
Barbosa (2009)	Demonstrar que o atendimento objetiva ainda melhorar a autoestima, minimizando espasmos da dor, quando interpreta a proposta de processos de humanização.	Os estudantes atendidos, de maneira geral, demonstram uma vivacidade impressionante e os professores relatam que a vontade desses alunos aprenderem é latente a cada encontro, assim como os resultados são significativos nos processos de ensino aprendizagem.
Brandão (2011)	Pesquisa teórica e a investigação prática a respeito do atendimento escolar ao aluno enfermo da	O atendimento educacional domiciliar atende a singularidade do aluno enfermo e lhe possibilita

	educação básica em sua residência.	condições para re-significar sua vida graças ao diálogo e à escuta pedagógica atenta e sensível do professor que colabora para o resgate da subjetividade, autoestima, bem estar e melhora da saúde.
Ribeiro (2012)	Realizar um levantamento bibliográfico sobre Atendimento Pedagógico Domiciliar no Brasil e analisar, nas produções acadêmicas, a importância deste atendimento educacional para os alunos atendidos.	É possível pensar em um ambiente hospitalar e domiciliar como espaços de educação para crianças e adolescentes, jovens e adultos que estão em idade escolar. Esses locais podem ser pensados como espaços de encontros, transformações e desejos para que o desenvolvimento seja integral. Para isso, é preciso olhar para essas pessoas como pessoas capazes. Precisamos compreendê-las, respeitá-las e, principalmente, auxiliá-las no que necessitar.
Silva, Pacheco e Pinheiro (2014)	Estudo de caso com uma professora que atuava no atendimento pedagógico domiciliar em um Município da rede de ensino do Estado do Rio de Janeiro.	Na maioria das referências de leitura publicadas na área estão relacionadas experiências únicas, onde uma ou outra experiência relatam casos de alunos acompanhados e/ou iniciativas de equipes gestoras e docentes para alunos afastados temporariamente ou que não retornarão a escola, em função do agravamento de sua condição de saúde. O que nos confirma a ausência ou raridade de diretrizes voltadas exclusivamente para os alunos que se utilizam do APD.

Bertolin e Maito (2015)	Demonstrar o desenvolvimento das ações pedagógicas, elaboração de estratégias e orientações que visam o acompanhamento pedagógico-educacional e oferece a oportunidade da continuidade do processo de desenvolvimento do estudante.	Os estudantes atendidos pelo Atendimento Pedagógico Domiciliar na cidade de Curitiba retornam ao final do tratamento às suas escolas sem perdas significativas na aprendizagem sendo capazes de acompanhar suas turmas regulares.
Maito (2017)	Apresentar reflexões sobre o Atendimento Pedagógico Domiciliar, sua caracterização e particularidades sob o aspecto do direito constitucional à educação para todos e da qualidade almejada.	Ao entender que o Atendimento Pedagógico Domiciliar é considerado historicamente recente, encontra-se em construção permanente. Daí a importância de que todos os atores envolvidos, participem de pesquisas, debates, e oportunidades de compartilhar seus conhecimentos, pretendendo promover um atendimento de excelência que atinja a qualidade na educação para todos.
Ganem e Silva (2019)	Compreender as possibilidades e os desafios na construção de práticas pedagógicas inclusivas por professores que atuam com crianças e adolescentes com deficiência do Atendimento Pedagógico Domiciliar na cidade de Santos.	Pode-se afirmar que a presente pesquisa traz contribuições pertinentes para o avanço da educação de pessoas com deficiências graves no âmbito domiciliar, porém a universalização deste direito ainda representa um desafio a ser pensado, discutido, implementado e aprimorado a cada dia. Com este estudo, espera-se contribuir com discussões, pesquisas e práticas sobre o Atendimento Pedagógico Domiciliar, de modo a

		possibilitar novas formas de atuação e o desdobramento de novos estudos.
Novaes (2019)	Evidenciar ações efetivadas da Política Nacional de Educação, na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) com enfoque ao Atendimento Pedagógico Domiciliar	Os resultados possibilitam evidenciar que o direito do deficiente ao aprendizado escolar é limitado por barreiras sócio ambientais e apresenta o Atendimento Pedagógico Domiciliar como reparador dessa desigualdade

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 2 - Educação física escolar

Autor/ano	Objetivos	Resultados
Bracht (1999)	Analisar o processo de construção das teorias pedagógicas da educação física no Brasil, buscando demonstrar como elas refletem a concepção e o significado humano de corpo engendrados na e pela sociedade moderna.	Concluiu que um movimento, muito influente naquela época, questiona fortemente a pretensão de verdade da ciência (ou da razão científica), e com isso acaba atingindo o núcleo central da pedagogia crítica que é exatamente sua pretensão de superar, por meio de uma leitura crítica da realidade (do esclarecimento), a ideologia, superar uma visão superficial, distorcida ou falsa da realidade.

Betti e Zuliani (2002)	Apresentar um entendimento de Educação Física e sua finalidade no contexto escolar, relacionada ao conceito de cultura corporal de movimento.	Conclui-se pela necessidade de a Educação Física estreitar as relações entre teoria e prática e inovar pedagogicamente, a fim de seguir contribuindo para a formação integral das crianças e jovens e para a apropriação crítica da cultura corporal de movimento.
Vago (2009)	Questionar sobre as cinco maneiras de pensar a Educação Física na escola, abertas e em permanente (re)elaboração, como condição para fazer a Educação Física na escola.	Concluiu em apostar em um projeto de Educação Física como um dos tempos de realizar o direito humano a uma rica cultura de práticas corporais. Não como coisa dada. Mas como coisa conquistada e reconstruída. Tal como a vida.
Betti, Ferraz e Dantas (2011)	Caracterizar e problematizar a Educação Física Escolar como prática profissional e subárea de pesquisa no campo mais amplo da Educação Física e das investigações educacionais.	O estudo aponta para a necessidade de maior direcionamento de pesquisas nas áreas de didática, implementação de programas (currículos) e formação de professores. Alerta para a necessidade dos programas de pós-graduação em Educação Física no Brasil investirem mais em pesquisas em Educação Física Escolar.
Rodrigues e Martins (2012)	Aprofundar o conhecimento sobre a influência da prática da Educação Física no Ensino Fundamental.	O professor precisa levar em conta que os alunos estão sempre em constante mudança, ainda mais em tempos de tecnologia presente na maioria dos contextos em que os alunos vivem. Cabe principalmente ao professor buscar formas de ter aulas planejadas de forma que sejam atrativas para todos, levando o maior número de alunos a tirar o

		melhor proveito.
Santana (2012)	Analisar o papel da escola no desenvolvimento da criança, e principalmente a função da Educação Física nessa evolução.	Analisar a real importância da Educação Física escolar. Muitas vezes é considerada pelos pais e alunos uma disciplina “fácil”, na qual só a criança se diverte. A atividade física, obrigatória no currículo escolar, tem função especial em relação ao acompanhamento e desenvolvimento da criança.
Bertini Junior e Tassoni (2013)	Apresentar resultados de pesquisa que investigou como as mudanças ocorridas na área da educação física vêm marcando a concepção do professor e a sua prática pedagógica.	Os resultados possibilitaram identificar que as mudanças ocorridas na área da educação física, na visão dos docentes investigados, influenciam desde os aspectos relacionados à formação inicial, passando pelas condições de trabalho na escola e a forma de organizar a prática pedagógica, influenciando na valorização da área, bem como do docente.
Miquelin <i>et al.</i> (2014)	Discorrer sobre a importância da Educação Física no Ensino Fundamental I devido a sua relevância e efetividade no âmbito educacional.	Observa-se que a Educação Física é uma disciplina de suma importância para o currículo escolar, não apenas porque tem a capacidade de desenvolver e aprimorar as habilidades motoras, mas por contribuir de forma relevante para o processo de ensino-aprendizagem, dinamizando o ensino.

Betti <i>et al.</i> (2015)	Investigar a compreensão mais ampla que busca as relações que os alunos da educação básica estabelecem com os saberes propostos pela Educação Física.	Os resultados indicam que o esporte é o cerne das aulas. Surgiram divergências entre o que os alunos gostariam de aprender e o que o professor se propõe a ensinar. Conclui-se que a ampliação dos conteúdos tratados nas aulas de Educação Física favorece o potencial de mobilização do sujeito para o aprendizado.
Santos <i>et al.</i> (2016)	Compreender a relação que os alunos estabelecem com os saberes aprendidos na Educação Física escolar e analisar as suas implicações para a constituição das especificidades desse componente curricular.	As formas como os alunos dão sentido à Educação Física também demonstram a complexidade do ensino e, principalmente, da aprendizagem. Anunciam o desafio, no campo da pesquisa e atuação docente, de compreender o que os alunos fazem com a diversidade do que aprendem. Na produção deste trabalho, percebemos que eles aprendem os conteúdos específicos da Educação Física, mas é por meio das práticas com os outros que eles aprendem a ser e como estar.
Nacif <i>et al.</i> (2016)	Compreender as percepções do aluno com deficiência a respeito das aulas de Educação Física.	Foram verificados pontos importantes que devem ser considerados: as percepções que estes jovens têm das aulas de Educação Física; os significados de qualidade de vida e de sua melhora através da Educação Física; as facilidades e dificuldades enfrentadas nas atividades em aula; e as relações estabelecidas entre os alunos com

		deficiência, seus colegas de turma e o professor.
Farias <i>et al.</i> (2017)	Identificar a relação existente entre a Educação Física Escolar e a prática de atividades físicas externas à escola.	Para os alunos pesquisados, as aulas de Educação Física não se relacionam com a prática de atividades físicas fora da escola, portanto, ressaltam-se maiores reflexões sobre a prática pedagógica da Educação Física Escolar.
Ferreira e Ramos (2017)	Demonstrar a Praxiologia Motriz como uma possibilidade para se pensar o ensino e a aprendizagem da Educação Física na escola articulado à perspectiva da cultura corporal de movimento.	Concluiu-se que quando a Educação Física, quando formação profissional e componente curricular, inicia com a vertente cultural que objetiva pedagogicamente a desenvolver na Educação Física escolar a cultura corporal de movimento, que é sentir, pensar e agir.
Araujo e Souza (2019)	Pesquisar a percepção dos professores em relação a importância da Educação Física no processo de formação de seus alunos.	Os dados corroboram para que a percepção da amostra em relação à importância da Educação Física no processo de formação de seus alunos é a de que professores e alunos possuem um bom relacionamento, o que lhes traz bem-estar.
Justino (2020)	Investigar a literatura a propósito da importância que a Educação Física apresenta no ensino fundamental I, verificando se existe algum benefício dentro dessa disciplina que pode promover durante as aulas.	A educação física proporciona o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e sociais. Integra a cultura corporal por meio de jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças em benefício da saúde física e mental. Além disso, a disciplina é de suma importância para o currículo escolar. Contribui de forma

		relevante ao facilitar o processo de ensino-aprendizagem.
Pinheiro Filho e Fávaro (2021)	Abordar a importância da Educação Física Escolar bem como sua valorização, apresentando as principais Leis e Documentos que a normatizam e com isso, compreender algumas divergências que ainda permeiam essa profissão.	A Educação Física Escolar é entendida como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal do movimento. Forma o cidadão que irá produzi-lo, reproduzi-lo e transformá-lo, possibilitando-lhe desfrutar de jogos, esportes, danças, lutas e ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania.
Freires <i>et al.</i> (2022)	Analisar as percepções dos professores dos anos iniciais da Escola Vereador João Gonçalves do município de Marizópolis-PB, acerca das aulas de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental.	Não é só o fato do professor de Educação Física ser da área que pode garantir que as aulas serão mais interessantes, é preciso ter o entendimento de que esse professor precisa ter um bom nível de conhecimento sobre a disciplina em si. Você precisa conhecer a fundo sua área de ensino para que possa se comprometer com o aprendizado significativo do aluno.
Nascimento, Souza e Franco (2022)	Problematizar os significados atribuídos pela produção de conhecimento sobre deficiências e Educação Física escolar em 14 periódicos, entre o período de 1979 e 2019.	A categoria DI é a única que expressa maior diversidade investigativa, composta por produções nos campos biológico e humanístico. Dessa forma, entende-se que aproximações e articulações teóricas entre os dois campos (a exemplo da categoria DI) contribuíram para a produção de conhecimento em EF e deficiência.

Fonte: Elaborada pelo autor

4.1 Sobre o APD

Do total de participantes (103), mais da metade declarou não ter conhecimento sobre o APD (52,4%), demonstrado no gráfico 5. Do mesmo modo, os entrevistados também não sabiam da existência dessa modalidade de atendimento pedagógico, como pode ser demonstrado nas respostas dadas às perguntas relacionadas.

Em resposta à questão 01 (EA) Como ficou sabendo sobre o atendimento pedagógico domiciliar (APD) e que direitos você possuía em relação a este? A aluna disse: *“A, fiquei sabendo quando essas coisas aconteceram comigo e eu não podia ir à escola, aí né, minha mãe ligou na escola para saber como que é, como fazia, se existia isso, aí descobriu que eu tinha direito às aulas em casa.”* Ainda sobre a existência do APD, o professor relatou: *“Quando comecei a dar aulas no estado, nunca tinha ouvido falar sobre, tomei conhecimento bem vago quando comecei a trabalhar na escola E.E. Lydia Yvone Gomes Marques, mas comecei a saber mais e entender quando foram atribuídas estas aulas para a minha pessoa no ano de 2021.”* (trecho retirado da questão 01 Eprof)

Isso se justifica pelo fato de o Atendimento Pedagógico Domiciliar ser uma forma de atendimento educacional recente em nosso país (BERTOLIN; MAITO, 2015; RIBEIRO, 2012; SILVA *et al*, 2014;) e uma temática pouco discutida no meio acadêmico (GANEM; SILVA, 2019). Embora existam regulamentações e leis aprimoradas ao longo dos anos para ser um direito do aluno em condições domiciliares, os resultados da pesquisa apontam que os participantes desconhecem a existência dessas leis conforme demonstra o gráfico 6, uma vez que apenas 35,9% demonstraram algum conhecimento sobre estas leis. Tais achados são reforçados nas respostas das entrevistas como apresentam os recortes a seguir:

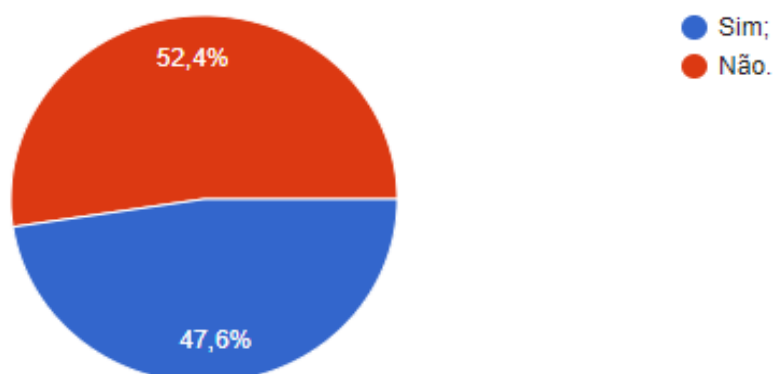
(05 EA) Você tinha conhecimento sobre as leis que regulamentam o atendimento pedagógico domiciliar (APD)?

Aluna: *“Não. Não sabemos direito, só soubemos quando ligamos na escola, mas mesmo assim não sabemos elas especificamente.”*

(02 EProf) Tinha conhecimento sobre as leis?

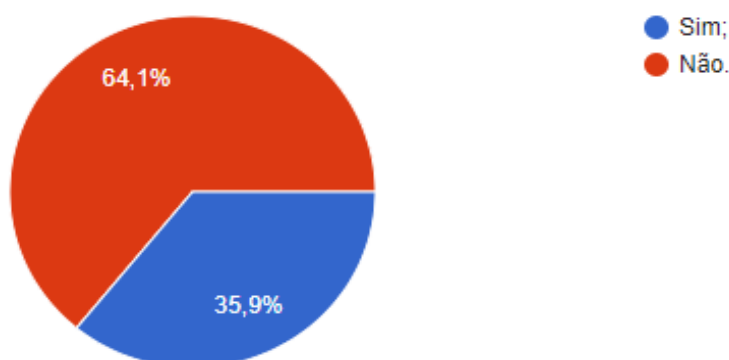
Professor: *“Não. Passei a ter conhecimentos através dos boletins informativos que a Diretoria de Ensino regional lançava na época, na escola e através de trabalhos e pesquisas.”*

Gráfico 5 - Distribuição percentual das respostas para a pergunta “Você tem conhecimento sobre o atendimento pedagógico domiciliar (APD)?”



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 6 - Distribuição percentual das respostas para a pergunta “Você tem conhecimento sobre as leis que regulamentam o atendimento pedagógico domiciliar (APD)?”



Fonte: Elaborado pelo autor

Apesar da falta de informação declarada pelos participantes da pesquisa, existem inúmeras legislações que discorrem sobre aspectos relacionados ao atendimento pedagógico domiciliar bem como a quem se destina entre outras considerações, a saber:

- A Lei nº 1.044/69 (BRASIL, 1969) tem como objetivo garantir direito a todos à educação, a equidade aos alunos que se encontram impossibilitados de frequentar aulas, inclusive aos alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas. Além disso, garante-se que esses alunos a compensação de ausência.

- A Lei nº 6.202/75 (BRASIL, 1975) tem como objetivo garantir a estudantes mulheres o regime domiciliar a partir do oitavo mês de gestação ou como o médico achar melhor em laudo médico e encaminhado à escola.
- O artigo 205 da Constituição Federal/88 (BRASIL, 1988) reforça o direito à educação a todos, que é o objetivo da Lei nº 1.044/69, incluindo o supervisionamento do Estado, sendo o seu garantidor, a família e a sociedade, que devem zelar pela permanência de alunos nas escolas e aos que são portadores¹ de deficiências, atendimentos especializados.
- A Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) assegura, em seu artigo 4º, às crianças ou adolescentes o direito a serem criados e educados próximos às suas famílias, com a convivência familiar e em meio a comunidade, que lhe oferecem vários direitos, entre eles à educação, juntamente a lei nº 1.044 e o artigo 205 da Constituição federal.
- A Resolução nº 41/95, criada pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1995), garante, em seu inciso 9, a inclusão de jovens em programas de educação para a saúde, sem que seja prejudicado em faltas e sem que perca o ano letivo.
- Agora as próximas leis são apropriadas ao APD, sendo o primeiro o artigo 4º da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996) que assegura atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.
- O artigo 13 da Resolução nº 02/01 – CNE/CEB – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) traz orientações aos sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, que devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.
- A Secretaria da Educação Especial, pertencente ao Ministério da Educação, criou um livro com estratégias e orientações sobre a Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar (BRASIL, 2002), cujo objetivo é elaborar estratégias e orientações para possibilitar o acompanhamento pedagógico-educacional do

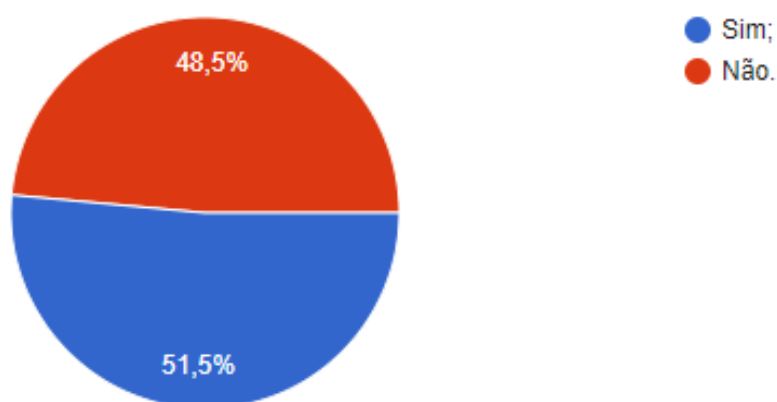
¹ Destaca-se que foi utilizado o termo conforme apresentado na lei, contudo, sabe-se que o mesmo foi substituído pela terminologia “Pessoa com deficiência” (Lei Brasileira de Inclusão, BRASIL, 2015).

desenvolvimento de crianças, jovens e adultos matriculados ou não nos sistemas de ensino regular, no âmbito da educação básica e que encontram-se impossibilitados de frequentar escola, temporária ou permanentemente e, garantir a manutenção do vínculo com as escolas, para assegurar o retorno adequado ao seu grupo escolar.

- A Resolução SE 25, de 1 de abril de 2016 (SÃO PAULO, 2016) ressalta o APD, demonstrando os seus direitos e explicações de forma atuais e atualizadas, o que trouxe o tema à tona no estado de São Paulo, e usado pelas diretorias de ensino para atribuição de aula, de forma a garantir o direito dos alunos enfermos, que são os alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em ambiente domiciliar, e dá providências correlatas, e dão um norte às famílias e às escolas, com acesso ao modelo de documento a ser preenchido e encaminhado à secretaria de educação para usufruir do APD.
- Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018 (BRASIL, 2018) é a mais recente referente ao APD e mais importante, porque é ele que trouxe à tona o tema a nível nacional, que traz modificações na Lei n.º 9.349 de 1996, que agora garante os mesmos direitos, mas para alunos internados em hospitais ou em regimes domiciliares por tempos prolongados.

Ainda sobre o APD, as opiniões se dividiram sobre a qualidade desta modalidade de atendimento como demonstra o gráfico 7, não havendo um consenso sobre a perda de qualidade das aulas.

Gráfico 7 - Distribuição percentual das respostas para a pergunta “Você acha que aulas no atendimento pedagógico domiciliar (APD) perdem a qualidade em relação às aulas escolares?”

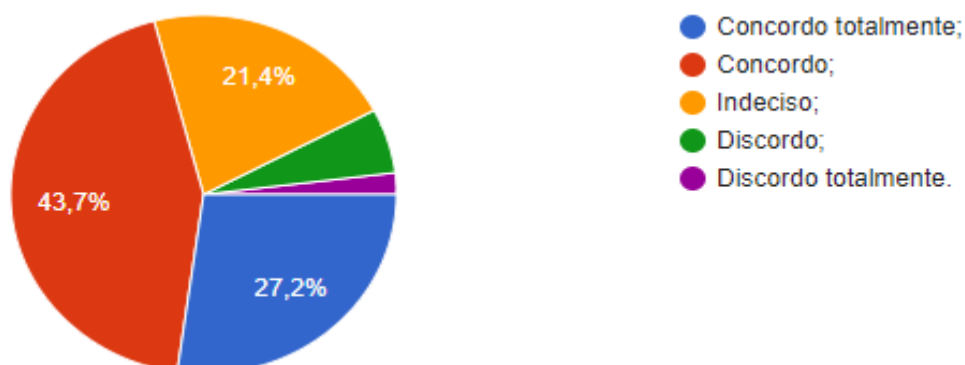


Fonte: Elaborado pelo autor

4.2 Sobre a Educação Física Escolar

A pergunta base deste trabalho, foi em relação ao conhecimento sobre as disciplinas do APD e se os entrevistados possuíam conhecimento sobre a inclusão da Educação Física nas aulas domiciliares, o questionário foi baseado em escalas do tipo Likert de cinco pontos. Como podemos observar, a maioria acredita na presença ou existência da Educação Física no APD. As respostas apresentadas no gráfico 8 indicam que 43,7% concordam que Educação Física faça parte de atendimento pedagógico domiciliar e 27,2% concordam totalmente. Por outro lado, recortes da entrevista com a aluna retratam que a mesma não esperava ter aulas de EF no APD quando questionada sobre a EF fazer parte do APD a aluna respondeu: *“Não, pensava que teria apenas Matemática e Língua Portuguesa.”*

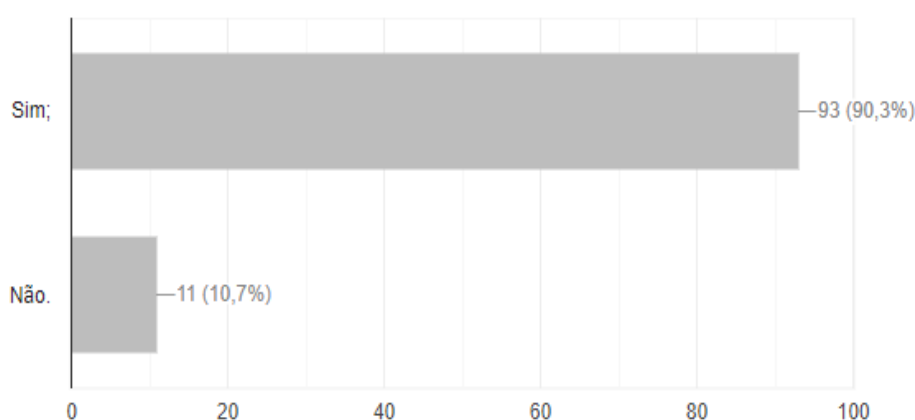
Gráfico 8 - Distribuição percentual das respostas para a pergunta “Você concorda que Educação Física faça parte de atendimento pedagógico domiciliar (APD)?”



Fonte: Elaborado pelo autor

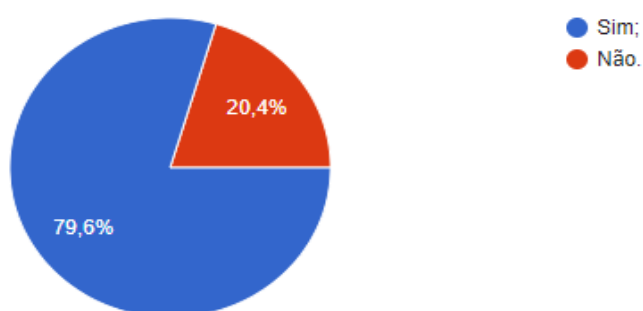
Os gráficos 9 e 10 destacam a importância das aulas de educação física não só no ambiente escolar e nas aulas regulares, mas também no APD.

Gráfico 9 - Distribuição percentual das respostas para a pergunta “Você acha importante ter aulas de educação física na escola?”



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 10 - Distribuição percentual das respostas para a pergunta “E no atendimento pedagógico domiciliar (APD)?”



Fonte: Elaborado pelo autor

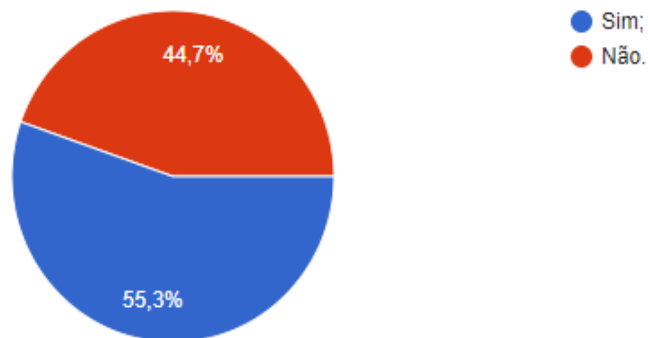
Outro aspecto curioso se dá sobre o desconhecimento acerca dos conteúdos aprendidos nas aulas regulares na escola e no APD (gráfico 11). Embora a maioria dos participantes não saibam o que é discutido nas aulas regulares e no APD, a maioria acredita que o conteúdo trabalhado seja o mesmo (56,3%) conforme destaca o gráfico 12. Nesse sentido, a aluna relata a diferença por ela observada no tocante às aulas regulares e o APD, sem referir diferenças de conteúdos, apenas limitações no formato da aula.

(06 EA) Qual é a diferença da educação física na escola e no atendimento pedagógico domiciliar (APD)?

Aluna: “*Eu tenho aulas só teóricas, não tenho aulas práticas.*”

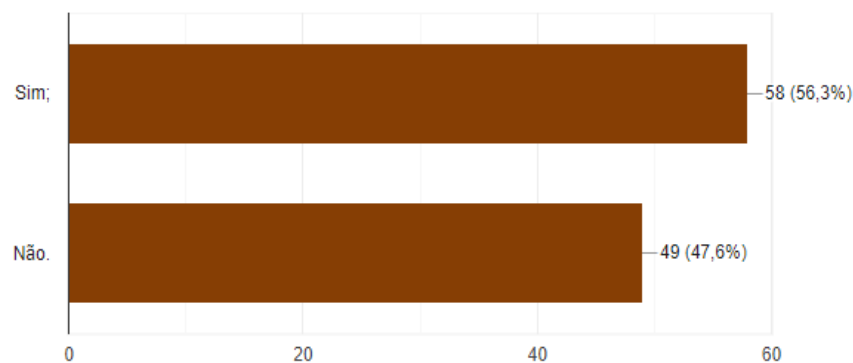
É importante destacar que cada APD se adequa a necessidade do aluno e, na maioria das vezes, trata-se de um aluno que está impossibilitado de realizar atividades práticas, o que pode justificar a resposta da aluna participante desta pesquisa.

Gráfico 11 - Distribuição percentual das respostas para a pergunta “Você tem conhecimento sobre conteúdos abordados nas aulas regulares na escola e no atendimento pedagógico domiciliar (APD)?”



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 12 - Distribuição percentual das respostas para a pergunta “Você acredita que os conteúdos trabalhados sejam os mesmos?”



Fonte: Elaborado pelo autor

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O APD é uma modalidade de ensino que objetiva dar continuidade aos estudos em domicílio, beneficiando estudantes que, por estarem em tratamento ou possuírem alguma doença, se encontram temporária ou permanentemente afastados da frequência regular às escolas. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo investigar o conhecimento da comunidade escolar (estudantes e equipe escolar) sobre o atendimento pedagógico domiciliar, com foco na Educação Física Escolar.

Os principais resultados apontam que a prestação desse serviço está prevista em legislação federal, o que garante sua efetivação como direito, mas destaca-se que, apesar disso, ainda é uma realidade pouco conhecida. É dever do Estado e dos profissionais da educação garantir que esse aluno tenha direito a uma escolarização com atendimento de qualidade.

Os dados obtidos demonstraram que a comunidade escolar desconhece essa modalidade de ensino e o formato como as aulas são desenvolvidas no APD, bem como quais conteúdos são abordados. Por outro lado, a aluna atendida em APD afirma que apesar de não participar de forma prática, tem em suas aulas o conteúdo abordado na escola, o que reforça a importância deste tipo de atendimento.

As aulas de Educação Física possibilitam uma melhora significativa no comportamento social dos alunos. Desta forma, o APD assiste o aluno doente e possibilita-lhe dar novos valores à sua vida. O diálogo e as aulas em casa estreitam a amizade entre o aluno e o professor, que auxilia o aprendizado da Educação Física e a relação construída aluno-professor que proporciona alegria, autoestima, convívio, bem-estar e até ajudar no quadro depressivo e de saúde do aluno.

Assim, conclui-se que o APD, apesar de ser pouco conhecido no ambiente escolar, permite que aluno afastado da escola, conduza seus estudos em ambiente domiciliar e tenha garantido seu direito à educação.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. V.; SOUSA, F. J. F. **Importância da educação física escolar na formação do indivíduo**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Centro Universitário UNIFACVEST, Lages, 2019. PDF.
- BARBOSA, F. N. R. Política de atendimento pedagógico domiciliar na rede municipal de ensino de Curitiba: uma proposta inclusiva considerando tempo e formas de aprender. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009. p. 5402-5413. PDF.
- BERTINI JUNIOR, N.; TASSONI, E. C. M. A Educação Física, o docente e a escola: concepções e práticas pedagógicas. **Rev Bras Educ Fis Esporte**, v. 27, n. 3, p. 467-483, jul./set. 2013. PDF.
- BERTOLIN, F. N.; MAITO, V. P. Atendimento pedagógico domiciliar – APD a escola em casa. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11.; ENCONTRO NACIONAL SOBRE ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR, 9.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS – EDUCAÇÃO, 3.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, 5., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015. p. 13446-13445. PDF.
- BETTI, M. *et al.* Os saberes da educação física na perspectiva de alunos do ensino fundamental: o que aprendem e o que gostariam de aprender. **REBESCOLAR**, v. 1, n. 1, p. 155-165, 2015. PDF.
- BETTI M.; FERRAZ, O. L.; DANTAS, L. E. P. B. T. Educação física escolar: estado da arte e direções futuras. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 25, p.105-15, dez. 2011. Número especial.
- BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 1, n. 1, p. 73-81, 2002. PDF.
- BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 19, n. 48, p. 69-88, ago. 1999. PDF.
- BRACHT, V. **A educação física escolar no Brasil**: o que ela vem sendo e o que pode ser (elementos de uma teoria pedagógica para a educação física). Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2019. PDF.
- BRACHT, V. A educação física no ensino fundamental. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL CURRÍCULO EM MOVIMENTO, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Perspectivas Atuais, 2010. p.1-14. PDF.
- BRANDÃO, S. H. A. O atendimento educacional domiciliar ao aluno afastado da escola por motivo de doença. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10.;

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 1., 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011. p. 5258-5268. PDF.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasil, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília, DF: MEC: SEESP, 2002. PDF.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1988. PDF.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969**. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. PDF.

BRASIL. **Resolução nº 41/ 95, de 13 de outubro de 1995**. Dispões sobre os direitos da criança e do adolescente hospitalizados. Brasília, DF: Imprensa Oficial 1995. PDF.

BRASIL. Resolução CNE/CBE nº 2/01 de 11 de setembro de 2001. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. **Diário Oficial da União**: seção 1e, n. 177, p. 39-40, 14 maio 2001. PDF.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Ação Social: Centro Brasileiro para Infância e Adolescência, 1990. PDF.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1996. PDF.

BRASIL. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975**. Atribui ao estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares Instituído pelo Decreto-lei 1.044, de 1969, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1975. PDF.

BRASIL. Resolução nº02/01, de 11 de setembro de 2001. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, DF: CNE: CEB, 2001. PDF.

BRASIL. **Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. PDF.

FARIAS, W. L. S. *et al.* Educação física escolar nos anos finais do ensino fundamental e a prática de atividades físicas fora da escola. **REVASF**, Petrolina, v.

7, n. 12, p. 163-176, abr. 2017. PDF.

FERREIRA, L.; RAMOS, G. Capítulo 1 Educação Física Escolar e Praxiologia Motriz. *In: FERREIRA, L.; RAMOS, G. Educação física escolar e praxiologia motriz: compreendendo as práticas corporais*. Curitiba: CRV, 2017. v. 22, p. 13-31. PDF.

FREIRES, A. L. *et al.* Educação física nos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo de caso a partir das percepções de professores da Escola Vereador João Gonçalves do Município de Marizópolis, Paraíba. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p. 1-14, 2022. PDF.

GANEM, L. S.; SILVA, C. C. B. Ações do atendimento pedagógico domiciliar: possibilidades e desafios. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 587-602, out./dez. 2019. PDF.

JUSTINO, M. V. S. **A educação física no ensino fundamental I**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2020. PDF.

MAITO, V. P. Atendimento pedagógico domiciliar: do direito à qualidade. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 4.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, 6., 2017, Curitiba. Anais [...]*. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2017. p. 25004 - 25014. PDF.

MIQUELIN, E. C. *et al.* **A educação física e seus benefícios para alunos do ensino fundamental**. 2014. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_32_1421443852.pdfPDF. Acesso em: 24 nov. 2022.

NACIF, M. F. P. *et al.* Educação física escolar: percepções do aluno com deficiência. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 1, p. 111-124, jan./mar. 2016. PDF.

NASCIMENTO, R. R.; SOUZA, B. G.; FRANCO, N. Deficiências e educação física: o contexto escolar em foco. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 47, p. 1-21, 2022. PDF.

NOVAES, S. P. Atendimento pedagógico domiciliar na agenda pública: garantia de direito em aprender, expressar e exercitar potencialidades. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2019, Campina Grande. Anais [...]*. Campina Grande: Editora Realize, 2019. p. 1-12. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59311>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

PINHEIRO FILHO, W. R.; FÁVARO, F. L. Importância da educação física escolar: considerações a partir das legislações. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, n. 1, p. 1-8, maio 2021. PDF.

POMIN, F. Educação física e escolar e regime domiciliar de exercícios. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 27, p. 1-19, jan./dez. 2021. PDF.

RIBEIRO, K. F. Atendimento pedagógico domiciliar para enfermos: uma maneira diferente de educar. **Anais da Semana de Pedagogia da UEM**, Maringá, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2012. PDF.

RODRIGUES, C. A. O.; MARTINS, E. R. S. Uma reflexão sobre a educação física escolar no ensino fundamental. *In*: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO, 17.; MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 15.; MOSTRA DE EXTENSÃO, 10., 2012, Cruz Alta. **Anais [...]**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2012. p. 1-4. PDF.

SANTANA, E. S. A importância da educação física no desenvolvimento da criança. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, n. 12, p. 1-12, jan./jun. 2012. PDF.

SANTOS, W. *et al.* Relação dos alunos com os saberes nas aulas de educação física. **J. Phys. Educ.**, v. 27, p. 1-17. 2016. PDF.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SE 25, de 1 de abril de 2016**. Dispõe sobre atendimento escolar domiciliar a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em ambiente domiciliar, e dá providências correlatas. São Paulo: [s. n.], 2016. PDF.

SILVA, S.; PACHECO, M.; PINHEIRO, V. Reflexões sobre o atendimento pedagógico domiciliar. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO ESCOLAR, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014. p. 1-10. PDF.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista (Versão 1)**. São Paulo: SEE-SP: UNDIME-SP, 2018. PDF.

THEODORSON, G. A. & THEODORSON, A. G. **A modern dictionary of sociology**. London, Methuen, 1970.

VAGO, T. M. Pensar a educação física na escola: para uma formação cultural da infância e da juventude. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 25-42, set. 2009. PDF.

APÊNDICE A - Entrevista com a aluna (EA)

01 - Como ficou sabendo sobre o atendimento pedagógico domiciliar (APD) e que direitos você possuía em relação a este?

R: “A, fiquei sabendo quando essas coisas aconteceram comigo e eu não podia ir à escola, aí né, minha mãe ligou na escola para saber como que é, como fazia, se existia isso, aí descobriu que eu tinha direito às aulas em casa.”

02 - O que você sabia sobre a existência do atendimento pedagógico domiciliar (APD)?

R: “Não. Até então não. Só soube quando comecei a ter aulas.”

03 - Você sabia que educação física faz parte do atendimento domiciliar?

R: “Não, pensava que teria apenas Matemática e Língua Portuguesa.”

04 - Qual a sua opinião sobre a importância das aulas de educação física na escola? E no atendimento pedagógico domiciliar (APD)?

R: “A... Acho legal para exercitar as pessoas, porque é saudável fazer e os alunos gostam porque é uma aula diferenciada, eles jogam bola, jogam sei lá..., queimada, vôlei, é legal, hora de lazer. Para mim, não muito, mas talvez para outra pessoa deva ser mais.”

05 - Você tinha conhecimento sobre as leis que regulamentam o atendimento pedagógico domiciliar (APD)?

R: “Não. Não sabemos direito, só soubemos quando ligamos na escola, mas mesmo assim não sabemos elas especificamente.”

06 - Qual é a diferença da educação física na escola e no atendimento pedagógico domiciliar (APD)?

R: “Eu tenho aulas só teóricas, não tenho aulas práticas.”

07 - Quais as dificuldades de ter aulas de Educação Física no atendimento pedagógico domiciliar (APD)?

R: “A, as aulas são tipo básicas, estilos de danças, alguns esportes, essas coisas, tudo teórico e por isso não tenho dificuldades.”

08 - Você possui sugestões para melhoria das aulas de educação física no atendimento pedagógico domiciliar (APD)

R: “A, não sei, não sei o que poderia mudar ou melhorar, não sei como, alguma coisa adaptada, mudaria o tempo de aula, frequência, quantidade das aulas na semana, só não posso às sextas-feiras pois tenho fisioterapia, e as aulas são as tardes.”

APÊNDICE B - Entrevista com o professor (EProf)

01 - Quando você passou a ter conhecimento sobre atendimento pedagógico domiciliar (APD)?

R: “Quando comecei a dar aulas no estado, nunca tinha ouvido falar sobre, tomei conhecimento bem vago quando comecei a trabalhar na escola E.E. Lydia Yvone Gomes Marques, mas comecei a saber mais e entender quando foram atribuídas estas aulas para a minha pessoa no ano de 2021.”

02 - Tinha conhecimento sobre as leis?

R: “Não. Passei a ter conhecimentos através dos boletins informativos que a Diretoria de Ensino regional lançava na época, na escola e através de trabalhos e pesquisas.”

03 - Como eram as suas aulas antes do APD?

R: “Antes eu preparava aulas do jeito tradicional, sem levar em conta quem poderia participar da aula ou não, se poderia gostar ou não, sem pensar nas restrições.”

04 - E como passaram a ser após o APD?

R: “Eu comecei a ver e planejar as aulas pensando em todos os alunos, com suas peculiaridades, ajudar individualmente cada aluno com cada dificuldade, esclarecendo todas as dúvidas e sempre pensando nas aulas adaptadas, objetivas e completas.”

APÊNDICE C – Formulário

Pesquisa - TCC Unesp/Bauru, aluno João Gomes Netto.

Coleta de dados sobre APD - Atendimento Pedagógico Domiciliar e Educação Física

Você faz parte de qual grupo de pesquisa: *

Selecione apenas uma opção

- ☐ Família da aluna;
- ☐ Aluno do 9º ano do Ensino Fundamental;
- ☐ Aluno do 1º ano do Ensino Médio;
- ☐ Professor de Educação Física.

Escola em que estuda/trabalha:

- ☐ E.E. Lydia Yvone Gomes Marques;
- ☐ E.E Alcyr da Rosa Lima;
- ☐ Sou membro da família da aluna.

Qual a sua faixa etária?

- ☐ Jovem - Indivíduos de até 19 anos;
- ☐ Adulto - Indivíduos com idade entre 20 até 59 anos;
- ☐ Idosos - Indivíduos de 60 anos em diante.

Qual o seu sexo?

- ☐ Feminino;
- ☐ Masculino.

Você tem conhecimento sobre o atendimento pedagógico domiciliar (APD)?

- ☐ Sim;
- ☐ Não.

Você concorda que Educação Física faça parte de atendimento pedagógico domiciliar (APD)?

- ☐ Concordo totalmente;
- ☐ Concordo;
- ☐ Indeciso;
- ☐ Discordo;
- ☐ Discordo totalmente.

Você tem conhecimento sobre as leis que regulamentam o atendimento pedagógico domiciliar (APD)?

- ☐ Sim;
- ☐ Não.

Você acha que aulas no atendimento pedagógico domiciliar (APD) perdem a qualidade em relação às aulas escolares?

- ☐ Sim;
- ☐ Não.

Você acha importante ter aulas de educação física na escola? *

☐ Sim;

☐ Não.

E no atendimento pedagógico domiciliar (APD)?

☐ Sim;

☐ Não.

Você tem conhecimento sobre conteúdos abordados nas aulas regulares na escola e no atendimento pedagógico domiciliar (APD)?

☐ Sim;

☐ Não.

Você acredita que os conteúdos trabalhados sejam os mesmos? *

☐ Sim;

☐ Não.

Sugestões sobre a pesquisa, comentários que achar pertinente.

Sua resposta

Muito obrigado pela participação!

Enviar

Limpar formulário

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS – FC/ BAURU
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Título da pesquisa: AULAS DOMICILIARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA UMA ALUNA COM OSTEOPOROSE E COMORBIDADES

Pesquisador: João Gomes Netto

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, portador (a) do RG _____, aceito o convite para participar do Projeto de Pesquisa em caráter de tese de Graduação, intitulado “**AULAS DOMICILIARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA UMA ALUNA COM OSTEOPOROSE E COMORBIDADES**”, sob a responsabilidade do acadêmico João Gomes Netto, sob a orientação da Prof.^a Juliana Cavalcante de Andrade Louzada, vinculada ao Programa de Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista de Marília – UNESP.

Fui informado (a) que essa pesquisa terá como objetivo geral identificar os prejuízos e benefícios à formação do aluno em situação de atendimento domiciliar nas aulas de Educação Física no âmbito escolar na percepção da: 1) escola; 2) família; 3) aluna em APD; 4) professor responsável pelo APD.

Fui informado (a) também que tal pesquisa justifica-se pela ausência de estudos sobre Educação Física e atendimento pedagógico domiciliar (APD) no ensino superior. Fui selecionado (a) para participar da pesquisa por ser aluna matriculada e cursando aulas no regime domiciliar em escola pública do Estado de São Paulo. Fui informado (a) que minha participação deverá ser voluntária e que posso interrompê-la a qualquer momento anulando o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A minha recusa em participar não envolverá prejuízos ou comprometimentos em minha relação com o pesquisador ou com a instituição responsável.

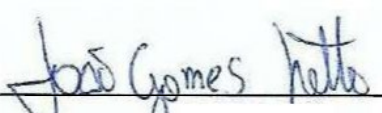
Estou ciente que minha participação enquanto sujeito desta pesquisa consiste em participar de uma entrevista e responder uma pesquisa que envolva Educação Física Escolar e Atendimento Pedagógico Domiciliar.

Fui informado (a) e estou ciente que minha participação é gratuita e não me oferecerá quaisquer ônus financeiros. Fui informado também quanto a razão fundamental das Normas e Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos, que caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado conforme determinam as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde-CNS. Fui orientado, caso tenha qualquer dúvida, a gentileza de entrar em contato com João Gomes Netto, pesquisador responsável pela pesquisa, telefone: 14 99649-9985, e-mail: joaogomesnetto@hotmail.com e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP, localizado na Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01, Centro, Bauru-SP, telefone: 14 31039400, e-mail: cepesquisa@fc.unesp.br.

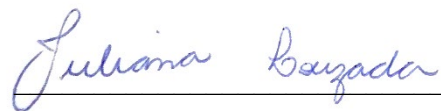
Concordo e aceito que as informações e resultados obtidos por meio dessa pesquisa poderão se tornar públicos, mediante a publicação de relatórios e trabalhos científicos, desde que minha identidade não seja revelada. E, que os dados coletados serão tratados de forma sigilosa, assegurando o anonimato e a não identificação dos participantes, sendo utilizados nomes fictícios.

Ciente

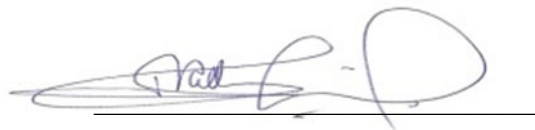
_____/_____/_____



Aluno: João Gomes Netto



Orientador: Juliana Cavalcante de Andrade Louzada



Coorientador: Prof. Dr. Milton Vieira do Prado Junior